



A POLÍTICA EXTERIOR DA URSS

Ilmar Penna Marinho

Diplomata de carreira, hoje aposentado, é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Doutor em Direito pela Faculdade da Universidade do Rio de Janeiro. Nomeado Cônsul de Terceira Classe em 1936, ascendeu a todos os postos da carreira, tendo sido promovido a Ministro de 1ª Classe, por merecimento, em 1961.

Foi professor de Direito Internacional Privado do Instituto Rio Branco e é membro efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Publicou diversos trabalhos e monografias e vários livros de Direito Internacional, destacando-se o Tratado sobre a Nacionalidade, obra em 4 volumes.

Desempenhou cargos de maior relevância no Serviço Diplomático e inúmeras comissões como membro ou chefe de delegação do Brasil em importantes reuniões e organismos internacionais. Entre os principais cargos e comissões desempenhados destacam-se: Oficial de Gabinete de Ministros de Estado em várias oportunidades; Encarregado de Negócios em Bruxelas e Paris; Chefe do Departamento de Administração e Secretário-Geral, interino, do Ministério das Relações Exteriores. Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1961 a 1968. Presidente do Conselho da OEA (1965), Embaixador do Brasil em Moscou (1969 e 1974) e Embaixador junto à UNESCO, Paris, 1974 a 1978.

A política exterior da União Soviética, um dos grandes vencedores do último conflito mundial e um dos mais ativos membros da sociedade internacional contemporânea, resulta sem dúvida alguma: em primeiro lugar, do importante papel que ela desempenhou durante a referida conflagração; e, em seguida, do desejo de compartilhar com os Estados Unidos a liderança do mundo, especialmente após o momento em que ela se transformou em superpotência nuclear.

Dentro dessa concepção, simples e realista, é fácil compreender porque o campo de ação da sua política exterior se estende a todos os Continentes, os problemas em que se acha ela envolvida são os mais relevantes do mundo moderno e os objetivos que ela persegue abrangem não somente a defesa dos interesses nacionais soviéticos, mas, também, a daqueles considerados como corolários inevitáveis e lógicos de sua dupla condição de superpotência planetária e, ao mesmo tempo, líder do movimento marxista-leninista no orbe.

Desta maneira, ao se analisar a política externa soviética, cumpre ressaltar que dois núcleos de problemas devem ser tomados na devida consideração: a) os

decorrentes de seu "status" de superpotência mundial, co-líder ou co-rival dos Estados Unidos e co-responsável com eles pela manutenção da paz e da segurança internacionais; b) os resultantes de sua condição de grande potência marxista-leninista, líder do movimento socialista no mundo, situação que, depois de 1955, divide, aliás, com a China Comunista.

Essa dupla fisionomia da política externa soviética torna bastante complexa e difícil a sua análise e a sua definição, máxima quando se trata de distinguir entre o que se convencionou denominar de "política de poder" e o que se poderia definir como "política de penetração ideológica", para implantação do regime comunista em todos os países do universo.

Embora, examinados do prisma teórico, esses dois aspectos estejam perfeitamente caracterizados e sejam de grande utilidade para uma exata compreensão do comportamento internacional da URSS, eles, na prática, aparecem intimamente vinculados, prevalecendo ora os interesses nacionais do Estado Soviético sobre as considerações de ordem ideológica e ora estas últimas sobre aqueles. Naturalmente, às vezes não é fácil distinguir quando estão em jogo os interesses nacionais e quando entram em cena as considerações de ordem ideológica. Tanto mais quanto, em via de regra, o Governo soviético apresenta as suas decisões como diretivas de ordem doutrinária, procurando, assim, justificar medidas políticas nacionais que, na verdade, estão mais ligadas ao expansionismo do Estado Soviético do que propriamente à defesa da ideologia marxista-leninista.

Não há dúvida, porém, de que o último objetivo que a longo prazo visualiza a política externa da União Soviética é, de fato, a derrubada do capitalismo e a implantação do comunismo em todas as nações do mundo. Esse escopo, aliás, deflui claramente da aplicação pura e simples das leis históricas de Karl Marx à ação política da União Soviética, mas pode, também, ser considerada como uma consequência inevitável e lógica do ímpeto expansionista russo — tantas vezes exemplificado pela História — e, agora, envolto em uma fraseologia marxista-leninista, em uma roupagem ideológica que procura torná-lo mais compatível com a época em que vivemos, absolutamente refratária a quaisquer tipos de imperialismo.

Evidentemente, para atingir essa finalidade suprema, que é a hegemonia do mundo, a União Soviética empenha-se com ininterrupto afincio, mobilizando todos os seus recursos e energias. Seu afã na consecução desse fim é permanente e mesmo quando manifesta o desejo de cooperar economicamente ou de conviver pacificamente com um país capitalista, tal atitude deve ser interpretada como simples manobra dilatória destinada a contemporar com as injunções do momento, isto é, a fortalecer ainda mais a potencialidade do Estado Soviético para que possa ele levar avante, com maiores probabilidades de êxito, o seu acometido. Nesta ordem de idéias, seria, portanto, perigoso pensar que uma efetiva colaboração com os soviéticos possa ser realizada, sem graves riscos, para o país capitalista que a estabelecer, porquanto, em virtude do sentido ideológico e do caráter expansionista de sua política exterior, a União Soviética tem sempre muito mais a ganhar do

que o seu interlocutor. Esse é um equívoco fatal e dramático em que têm incorrido muitos países, especialmente os Estados Unidos que, em Teerã em 1943, em Yalta em 1944 e em Potsdam em 1945, permitiram que a União Soviética se expandisse perigosamente e se tornasse uma superpotência tão poderosa, a ponto de se verem compelidos a dividir, com ela, a liderança do mundo. Não obstante, porém, essa advertência, impregnada de sentido histórico, a União Soviética vai levando a cabo com intorcível tenacidade e fria determinação sua política de expansionismo, praticando, assim, fórmula jamais vista de imperialismo concomitantemente territorial e ideológico. Brandindo as bandeiras da paz, da coexistência pacífica, da colaboração econômica, da assistência técnica, da solidariedade ideológica e, até, da ajuda militar, a União Soviética vai, com efeito, marcando a sua presença em todas as partes do planeta através dos Partidos Comunistas nacionais, dos movimentos estudantis de contestação, das bem articuladas agitações sociais, dos hábeis acordos de assistência técnica e econômica, quando não através de seus soldados, como na Tchecoslováquia, ou de seus navios, como no Oceano Índico, no Mediterrâneo Oriental e, até, nas águas límpidas do Caribe, ou, o que é mais grave, através dos mercenários de países por ela totalmente satelizados, como sucedeu em Angola, em Moçambique e na Etiópia.

Essa dupla característica da política externa soviética, de ter como objetivo a longo prazo, não só a hegemonia do mundo, mas a implantação do regime comunista em todas as Nações, inclusive os Estados Unidos, pode ser observada em todas as áreas geográficas do planeta.

Para uma melhor compreensão do problema, seria de bom alvedrio fazer uma esquematização da política externa soviética, distinguindo-a consoante a categoria dos países com os quais a União Soviética mantém relações. Assim sendo, afigura-se conveniente examinar a política exterior da URSS sob os seguintes prismas:

- 1 — relações da URSS com os países da Europa Oriental ou aqueles em que o Partido Comunista está no poder;
- 2 — relações da URSS com os países chamados progressistas;
- 3 — relações da URSS com os países capitalistas e industrializados, a saber: Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão;
- 4 — relações da URSS com o chamado Terceiro Mundo: Ásia, África e América Latina.

1 — AS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM OS ESTADOS DA EUROPA ORIENTAL OU AQUELES EM QUE O PARTIDO COMUNISTA ESTÁ NO PODER

Caracterizam-se essas relações pelo compreensível empenho da URSS em manter a liderança e a unidade do movimento comunista internacional, porquanto

mediante tal liderança e unidade consegue garantir seu domínio sobre esses Estados. Desde algum tempo, porém, o movimento comunista internacional vem apresentando fissuras graves, provocadas por divergências profundas que têm impedido que esse movimento se apresente como um todo monolítico e indiviso. As causas dessas divergências são múltiplas, ora de ordem doutrinária, em virtude do anacronismo dos dogmas fundamentais da filosofia marxista-leninista, hoje obsoletos face aos problemas concretos da nossa época, ora de natureza irredentista, em virtude de surtos nacionalistas que procuram arrancar alguns países da inflexível tutela soviética, ora, finalmente, de caráter contingencial, por força de injunções imperativas da conjuntura internacional.

A primeira e sensacional dissensão ocorrida no seio do bloco socialista verificou-se com a Iugoslávia. Naturalmente, não cabe aqui rememorar todos os fatos que já pertencem à História e que determinaram o repúdio à liderança soviética por parte da Iugoslávia e seu ingresso no grupo dos não-alinhados. As razões não foram só de ordem política, embora, com a invasão da Tchecoslováquia, as considerações políticas se tenham reforçado; foram, outrossim, de ordem econômica e irredentista. E bastante lógicas e compreensíveis. Os países da Europa Oriental necessitam de ajuda econômica para desenvolver seus recursos e modernizar suas indústrias. Precisam, ainda, vender seus produtos por melhores preços do que aqueles que lhes são impostos pela URSS. Foi o que sucedeu com a Iugoslávia e foi, sem dúvida, a origem da crise tchecoslovaca em 1968. Temendo, entretanto, que as vinculações econômicas com o mundo ocidental debilitassem os laços de dependência desses países com o Kremlin, os soviéticos por muito tempo se opuseram a esses contatos dos seus satélites com o Ocidente, salvo em casos excepcionais e mediante prévio beneplácito do Governo de Moscou. E é perfeitamente lógico que os soviéticos se opusessem, pois que a liberalização e a modernização das economias dos países socialistas implicava, a curto ou a longo prazo, uma liberalização conseqüente dos respectivos sistemas políticos.

Dentro dessa linha de raciocínio, pode-se dizer que as deficiências setoriais da economia da URSS constituem, ainda hoje, uma das principais causas da crise que se observa no movimento comunista internacional, no que diz particularmente respeito aos países da Europa Oriental, que a doutrina da soberania limitada de Brejnev procura, a todo custo, manter sob a irrespirável dominação política da URSS. Apesar de sua enorme capacidade tecnológica e industrial para a produção de armamentos ultra-sofisticados, e de seus indiscutíveis avanços no campo científico, a URSS está muito longe de ser um país totalmente desenvolvido. Poderemos mesmo, com toda a objetividade e imparcialidade, defini-la como uma superpotência subdesenvolvida. Não há incoerência nessa definição e o contraste que nela se vislumbra resulta, evidentemente, da realidade desconcertante em que vivem os soviéticos, ao mesmo tempo, superpotentes e subdesenvolvidos. Porque, de fato, ao lado de uma superpotência militar e tecnológica coexiste um imenso país que, afora os grandes centros industriais e as grandes cidades como Moscou, Leningrado, Kiev, etc. apresenta peculiaridades semelhantes às que prevaleciam no tempo de Catarina

II, a Grande. Certo, é de admirar como pode um país sobreviver nessas condições. A verdade, porém, é que a União Soviética possui, concomitantemente, a superestrutura militar e tecnológica de uma superpotência mundial e a infra-estrutura econômico-social de um país subdesenvolvido. Assim sendo, necessita a URSS de seus recursos econômicos para o próprio desenvolvimento e para a elevação do baixo nível de vida de seu povo. Isto explica porque a União Soviética hesita em outorgar aos países da Europa Oriental a ajuda que estes solicitam. Tanto mais quanto solicitam eles ajuda econômica para desenvolver as respectivas economias naqueles setores que são do seu próprio interesse, enquanto a União Soviética, em nome de uma solidariedade ideológica cada vez mais precária, quer forçá-los a desenvolver suas economias unicamente em função dos inconfessáveis interesses do Kremlin. A deserção da Iugoslávia, a crise tchecoslovaca, os acontecimentos verificados na Polônia e os pruridos de rebeldia da România aí estão para testemunhar a procedência dessa assertiva.

Naturalmente, ao admitir-se que a URSS, do ponto de vista de sua infra-estrutura econômica, é ainda um país subdesenvolvido e com um nível de vida baixo, urge compreender que se trata de um subdesenvolvimento setorial. Não se aplica o enunciado à sua indústria pesada, especialmente a ligada a fins bélicos, nem à sua indústria extrativa. A crítica visa, sobretudo, às deficiências soviéticas em matéria de indústria leve, média e de bens de consumo.

No tocante à agricultura, tem sido ela o calcanhar-de-aquiles da URSS. Muitos acreditam, não sem razão, que foi por motivo da falência de seu programa agrícola que saiu Kruchev. Mais tarde, em 1972, a crise agrícola que assolou o país — e de todos conhecida — provocou o maior déficit jamais registrado na URSS desde a última guerra mundial: 600 milhões de rublos, aproximadamente 827 milhões de dólares. Depois disso, as condições da agricultura soviética melhoraram, mas, estão longe de serem satisfatórias. Não fora o auxílio dos países-satélites e as compras realizadas no Ocidente, a situação econômica da União Soviética teria sido dramática.

Voltando à discrepância com a Iugoslávia é certo que Tito fez as pazes com os dirigentes soviéticos, mas jamais conseguiram estes que a Iugoslávia voltasse a ser o satélite obediente e submisso dos primórdios. Ao contrário, não só manteve a sua posição de líder dos não-alinhados, como se aproximou do Ocidente e dos Estados Unidos, firmando com aquele e com estes, importantes acordos comerciais que não só vincavam de modo indelével a sua posição econômica independente, mas a livravam da "emprise" política do Kremlin.

A segunda grande divergência ocorrida no âmbito do movimento comunista internacional foi o maoísmo, variante chinesa do marxismo-leninismo. Divergência a princípio ideológica, de tal forma se foi aprofundando que hoje assume as preocupantes proporções de um verdadeiro conflito entre as duas grandes nações. Naturalmente, logo que Mao Tsé-Tung tomou o poder, as relações entre a URSS e a China foram as melhores possíveis. A China Comunista, que acabara de sair de uma luta gigantesca, carecia de apoio substancial, que lhe foi dado com a

maior generosidade pelo governo de Moscou. O famoso encontro entre Stálin e Mao Tsé-Tung, em 1949, ilustra muito bem essa fase auspiciosa da estreita colaboração entre as duas potências comunistas. O idílio era total e os Estados Unidos constituíam o único problema dos dois grandes aliados. A unidade do movimento comunista era um fato incontestável com a tão-só heresia de Tito.

Não durou muito, porém, a "entente" sino-soviética, porquanto já na Conferência de Bandung, em 1955, Chou En-lai demonstrou que a China tinha uma interpretação própria quanto à condução do movimento comunista. Não só com referência aos Estados Asiáticos, mas com respeito à África. Quanto à doutrina da coexistência, defendida pelos russos, opunham-lhe os chineses fortes restrições, condicionando a sua aceitação ao abandono, por parte dos Estados Unidos, de sua política de intervenção na Ásia e alhures. Ademais, passava Mao Tsé-Tung a sustentar que a guerra com o mundo capitalista era inevitável e conviria fazê-la, imediatamente, pois os Estados Unidos não passavam de um tigre de papel. E nessa ordem de idéias, resolveu a China apoiar as "Guerras de Liberação", na Ásia, na África e na América Latina, coagindo a União Soviética a desenvolver intensa ação diplomática para não ser posta de lado na evolução dos acontecimentos e para neutralizar a crescente influência chinesa no tocante à liderança do movimento comunista internacional.

Pondo em execução um plano de estratégia revolucionária mundial, diferente e mais agressivo do que o da União Soviética, os chineses atacaram o revisionismo soviético e a pretensa acomodação dos interesses soviéticos com o mundo ocidental e especialmente com os Estados Unidos, sustentando que a URSS estava mais preocupada com a situação européia, com o problema alemão, com as questões inerentes à sua própria segurança, ao seu desenvolvimento como nação do que com a implantação do comunismo no chamado Terceiro Mundo, máxime na Ásia, na África e na América Latina, onde mais se acentuavam as contradições econômicas e onde condições mais propícias se vislumbravam para a ação subversiva destinada a transformar o mundo contemporâneo num mundo comunista. De doutrinárias, apenas, as dissensões entre os dois colossos comunistas se foram agravando, a ponto de se considerar iminente a guerra entre eles por volta do outono de 1969, quando choques armados se verificaram na fronteira sino-soviética. As relações entre os dois países melhoraram, mas as divergências persistem. Não só no plano doutrinário, havendo o Partido Comunista Chinês deixado de comparecer tanto ao Congresso Internacional dos Partidos Comunistas realizado em julho-agosto de 1969, quanto ao XXIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, reunido em março-abril de 1971, em Moscou, mas, também, no campo das relações interestatais, onde os antagonismos e as tensões parecem cada vez mais profundos.

O último estágio da divergência sino-soviética, antes do desaparecimento de Chou En-lai e de Mao Tsé-Tung, caracterizou-se pelas repercussões da viagem do Presidente Richard Nixon a Pequim e a Moscou, bem como pelas de Brejnev aos Estados Unidos e de Pompidou à China, acontecimentos esses que, sem dúvida

alguma, abriram perspectivas novas para a paz do mundo e lançaram as bases de uma nova configuração de conjuntura internacional. Ademais, fatos posteriores acentuaram ainda mais essas tendências de recomposição política do Mundo, como a entrada da China nas Nações Unidas, o difícil cessar-fogo no Vietnã, as reuniões do Salt em Helsinque (depois Genebra), a Conferência para redução de forças em Viena, a realização da Conferência de Cooperação e Segurança Européia em Helsinque, a queda de Nixon, a derrota de Ford e a vitória de Carter, nos Estados Unidos, bem como a substituição de Podgorni, no Presidium do Soviete Supremo da União Soviética, por Brejnev.

Não se poderá naturalmente afirmar que o mundo já deixou de ser bipolar e que os dois centros de poder internacional se tenham fragmentado, tanto do lado comunista, quanto do lado ocidental. Todavia, os acontecimentos acima referidos parecem indicar que a consistência e a sobrevivência da concepção dicótoma de poder mundial que, após a crise dos mísseis de 1962, substituiu a confrontação dos dois blocos, característica do pós-guerra e da guerra fria que se lhe seguiu, estão sendo postas em cheque.

Aliás, buscando justificar e explicar essa multipolarização do Mundo, o então Secretário de Estado Rogers, em famosa alocução, afirmou que três condições existiam em nossos dias, completamente diferentes das que prevaleciam há vinte anos atrás: a primeira no sentido de que o mundo não era mais bipolar — um mundo comunista e outro livre — mas sim multipolar, com cinco centros de poder não necessariamente iguais, mas todos eles importantes e que, sem dúvida, se tornariam mais importantes no futuro: os Estados Unidos, a União Soviética, a Comunidade Européia, o Japão e a República Popular da China. Em segundo lugar, as ideologias que existiam hoje eram mais prolíferas do que as que se vislumbravam logo após a Segunda Guerra Mundial.

Antes, considerava-se o mundo comunista como um todo monolítico, agora, reconheciam-se nele sérias diferenças, tais como as que existem no mundo livre.

Finalmente, havia muito mais independência no mundo de hoje do que existia antes, e tudo parecia indicar que ela se iria acelerar e intensificar nos anos vindouros.

Foi dentro dessa concepção renovadora que o governo de Washington procurou estruturar a sua estratégia mundial e sua política de desengajamento progressivo, cõscio de que a função de "gendarme da paz e da democracia" estava superada pelos tempos com a recuperação econômica do Japão, da Alemanha, da Europa Ocidental e, ainda, com o desenvolvimento acelerado do chamado Terceiro Mundo.

Não obstante a satisfação e os aplausos que acolheram por toda parte a tese da multipolarização do poder mundial, a URSS não parece inclinada a adotá-la, pelo menos neste momento. Ao contrário, sua diplomacia vem habilmente se opor a um pronto reconhecimento da nova filosofia norte-americana. Em primeiro

lugar, porque a URSS prefere a continuação de um mundo bipolar, em que tenha apenas de dialogar em termos de superpotência com os Estados Unidos, a um mundo multipolar, em que se veja compelida a debater os problemas da paz e da segurança internacionais com várias potências de primeira grandeza. Desta maneira, o problema se reduz à alternativa: ou manter o diálogo bilateral com os Estados Unidos ou substituir os mesmos naquelas áreas em que se verificar o desengajamento norte-americano.

Que o mundo marche para a multipolarização do poder internacional e que outros pólos de poder surjam no futuro e, entre eles, o Japão, a China e a Europa Ocidental (e num futuro mais distante o Brasil, a Índia, o Canadá e a Austrália) é bem possível e ninguém o contesta. Até agora, porém, os Estados Unidos continuam a ser considerados pelo Kremlin como a única superpotência digna desse título, o único interlocutor planetário válido, o único rival sério dos soviéticos no titânico esforço que desenvolvem no sentido de transformarem a URSS na primeira potência do mundo. Quanto a isso, os soviéticos estão tranquilos, pois não obstante os vaticínios de Rogers, Kissinger e Nixon, o mundo continua bipolar. Se os Estados Unidos se desengajarem muito rapidamente de seus compromissos ou se debilitarem militarmente, a União Soviética irá sistematicamente ocupando, um a um, os espaços vazios, políticos e econômicos, deixados por Washington.

Destarte, ao enfoque realista da conjuntura internacional dos norte-americanos em termos de futuro, os soviéticos contrapõem um enfoque não menos realista em termos de presente. Para os norte-americanos, o mundo já deixou de ser bipolar e passou a multipolar. Portanto, urge atuar em conseqüência e promover um rápido desengajamento dos Estados Unidos, tendente a reduzir as longas linhas de seus compromissos internacionais. Para os soviéticos, o mundo continua bipolar e se os Estados Unidos não se dispuserem a manter o diálogo russo-americano, de que a viagem de Brejnev aos Estados Unidos é exemplo eloqüente, arriscar-se-ão a enfrentar um maço e contundente monólogo soviético, porquanto os centros de poder indicados na doutrina Rogers-Nixon-Kissinger não estão, ainda, em condições de atuar como tais, conforme demonstrou o desfecho da guerra entre a Índia e o Paquistão Ocidental. Daí a razão pela qual, preocupada com um desengajamento prematuro dos Estados Unidos, a China vem intensificando ultimamente a sua política anti-soviética, inclusive hipotecando ostensivo apoio ao Mercado Comum Europeu, à Organização do Tratado Atlântico Norte e a todas as tentativas tendentes a conter o expansionismo do Kremlin, inclusive acelerando seu esforço armamentista.

Durante a Conferência dos Não-Alinhados, realizada em Argel, em setembro de 1973, a diplomacia chinesa esteve bastante ativa e muitas das dificuldades encontradas pela URSS nesse conclave podem ser atribuídas à ação desenvolvida por Pequim. Outrossim, por ocasião da visita do Presidente Pompidou a Pequim, Chou En-lai, ainda vivo, repeliu vigorosamente a hegemonia bipolar das duas superpotências, declarando nessa oportunidade que apoiava a Europa ocidental contra o expansionismo soviético e alertava os países europeus ante o perigo de uma inter-

venção militar da URSS, perigo que a China também corria, mas contra o qual vinha, de há muito, tomando as mais drásticas e sérias medidas preventivas.

Pode-se afirmar, sem receio de equívoco, que a dissensão, hoje, entre a URSS e a China é tão profunda e séria quanto a que antagonizava a URSS e os Estados Unidos nos remotos tempos da guerra fria.

E, nem a morte de Chou En-lai, ocorrida em janeiro de 1976, nem a do Presidente Mao Tsé-Tung, sobrevinda em setembro do mesmo ano, influíram, como alguns círculos pró-soviéticos esperavam, na posição da China, bastando aqui rememorar o gesto das novas autoridades chinesas rejeitando as mensagens de pêsames, as coroas de flores e outras manifestações de pesar dos Partidos Comunistas da URSS e dos países considerados por Pequim como subordinados a Moscou.

Não se faz mister recorrer a documentos secretos nem a interpretações sibilinas para traçar um quadro tanto quanto possível exato das tensões que separam chineses e soviéticos. Todos os dias notícias procedentes respectivamente de Moscou e de Pequim focalizam, de modo convincente, os mais salientes aspectos dessa polémica veemente.

Em suas invectivas quase cotidianas alegam, coléricos, os chineses que os soviéticos põem atualmente em vigor um dispositivo militar de tal envergadura que só poderá ser definido como de amplitude planetária. Por que? Para que? Contra quem? Não pelo fato de que temam os soviéticos que os Estados Unidos, o Japão, a Europa Ocidental os ataquem. Para os chineses há uma motivação mais lógica, compreensível e ponderável, que urge buscar em outros horizontes: a China.

Efetivamente, durante a rápida viagem que fiz com um grupo de amigos pela Ásia (Japão, China, Hong-Kong, Tailândia, Índia e Irã), em setembro de 1975, pude verificar que o formidável potencial militar russo constitui motivo de viva inquietação, não só para os chineses mas para outros povos asiáticos, especialmente tailandeses e iranianos.

Na China, há não só um inquieto sentimento de preocupação quanto a uma possível agressão por parte da URSS, mas um verdadeiro frenesi anti-soviético, que se vislumbra em todas as camadas da população chinesa.

Todavia, se existe uma espécie de histeria anti-soviética, em grande parte alimentada pelas próprias autoridades chinesas, não existe uma atmosfera de temor e muito menos de pânico.

Vários chineses me disseram sorrindo — eles estão sempre sorrindo — que os russos poderiam entrar na China mas de lá não sairiam... Perguntei-lhes se diante da enorme superioridade tecnológica e militar da URSS, não receavam que os soviéticos fizessem uma guerra relâmpago, semelhante à campanha de Hitler na Europa e neutralizassem, em pouco tempo, todos os centros vitais chineses. Resposta: a não ser que utilizassem a bomba atômica, e, nesse caso, a represália chinesa seria imediata, com grande prejuízo para os russos, não poderiam estes, empregando armamentos clássicos, aniquilar novecentos milhões de habitantes.

A superioridade numérica era também digna de consideração. Os norte-americanos, com toda a sua grande e incontestável superioridade tecnológica, não haviam conseguido impor-se ante a enorme superioridade numérica dos adversários. Ponderei que os vietnamitas haviam recebido notável ajuda técnica e militar de seus aliados. Mas meus interlocutores chineses, com grande vivacidade, replicaram que a China não era um país indefeso como o Vietnã. Sem falar nos armamentos atômicos, matinhos pelo menos cento e sessenta divisões blindadas, três milhões e meio de homens em armas e mais de uma centena de mísseis de ogiva nuclear de um alcance médio de dois mil quilômetros. Naturalmente, reconheceram que tais meios eram modestos em face da indiscutível superioridade bélica soviética, porém, não deixavam de constituir uma ponderável força de dissuasão de caráter defensivo, pois a China não possuía meios nem pretendia atacar a URSS.

Exemplo, aliás, da estratégia puramente defensiva e não ofensiva da China era a existência de uma impressionante quantidade de abrigos antiatômicos que os chineses construíram com ensofregado afã, como se o ataque soviético estivesse iminente.

Enfim: não só pude verificar, durante a nossa viagem, a existência de um sistemático e profundo sentimento anti-soviético, mas tive a impressão, assim como os meus companheiros de viagem, que os chineses estão prevenidos e dispostos resolutamente a resistirem a uma guerra preventiva que, porventura, contra eles pretenda a URSS desencadear.

A terceira grande divergência dentro do contexto do movimento comunista internacional foi representada por Fidel Castro, que, em dado momento, procurou ignorar a liderança soviética e fazer a guerra subversiva por sua própria conta, dispondo, para tanto, do apoio da China. Certos sintomas, porém, parecem confirmar que, a partir dos meados de 1968, ocorreu uma indiscutível acomodação e, em seguida, completa sujeição de Castro à liderança soviética. Sua discrepância fundamental com a União Soviética repousava na tática a ser empregada no processo de implantação do comunismo na América Latina. Ao contrário da União Soviética, que preconizava uma evolução lenta e pacífica, que fosse gradativamente corroendo e desintegrando os sistemas capitalistas, Fidel advogava ação mais violenta e imediata, consubstanciada na guerra de guerrilha de caráter rural ou urbano. O malogro das operações de Che Guevara na Bolívia, as conseqüências totalmente nefastas das cisões internas dos Partidos Comunistas latino-americanos, a política de Moscou de crescente cooperação econômica e cultural com os países do Continente, a deterioração da economia cubana, estreitamente vinculada, de um lado, à produção de açúcar adquirida a preço preferencial pela URSS e, de outro, à permanente assistência do Kremlin (que permitem à economia cubana sobreviver), fora fatores decisivos para a normalização das relações entre Cuba e a URSS. O comparecimento de Cuba ao XXIV Congresso do Partido Comunista Soviético e os sucessivos pronunciamentos de Fidel Castro, especialmente o que fez em Argel, em 1973, por ocasião da Conferência dos Não-Alinhados, foram paulatinamente dando a justa medida do alinhamento do "enfant terrible" do comunismo internacional à liderança de Moscou.

Presentemente, Fidel Castro está não só totalmente satelizado pelo Kremlin, mas transformou Cuba num reduto de mercenários a serviço do expansionismo soviético na África. A intervenção de Cuba na Angola, a participação ativa na Guerra da Etiópia contra a Somália, a presença de cubanos em vários pontos do continente africano demonstram que já não se trata mais, para Fidel Castro, de simples alinhamento ideológico a Moscou, porém, de completa sujeição aos desígnios hegemónicos do imperialismo soviético.

Finalmente, a quarta grande dissidência no âmbito do movimento comunista internacional pode consubstanciar-se pela posição dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental, que não detêm o poder em seus países, mas constituem uma considerável força eleitoral, e de alguns da Europa Oriental que, embora detendo o poder opõem certas restrições à liderança soviética.

No que diz respeito aos Partidos Comunistas da Europa Ocidental, dos quais o PC Italiano é o mais típico, têm eles uma responsabilidade perante os seus membros e o eleitorado nacional que o próprio PCUS desconhece. São eles obrigados a curvar-se diante das contingências do eleitorado local e a admitir, inclusive, que os "slogans" leninistas-marxistas, já bastante gastos e superados, não mais empolgam as massas eleitorais, principalmente as classes operárias, que atingiram, nesses países, tal prosperidade e segurança material que se encontram indiferentes às vantagens acenadas pela propaganda comunista. Isso reflete o grau de desenvolvimento político e económico desses países, onde o Partido Comunista deve enfrentar, como na França, pujantes organizações de esquerda não comunistas com perspectivas de bem-estar social muito mais sedutoras para o eleitorado local do que as oferecidas pelo Partido Comunista Francês. Os amplos meios de informação vigorantes nesses países, a liberdade de imprensa e, sobretudo, a tradição democrática de seus povos não podem deixar de influenciar a doutrina, a tática e a ação desses Partidos Comunistas que se vêem impelidos, inclusive, a se emancipar das rígidas diretivas soviéticas e a se tornar mais flexíveis de maneira a fazerem face, com êxito, a certas situações novas que os dogmas já ultrapassados do marxismo-leninismo não previram nem poderiam prever.

Ultimamente, a posição de independência desses Partidos Comunistas, especialmente o PCI, o PCF e o PCE se tornou mais acentuada, dando origem ao que se convencionou chamar de Eurocomunismo. Os três líderes desse movimento autonomistas são: Enrico Berlingue, Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano, Georges Marchais, Secretário-Geral do Partido Comunista Francês, e Santiago Carrillo, Secretário-Geral do Partido Comunista Espanhol.

Não obstante as divergências existentes entre os três Partidos, todos são acordos em defender uma política de solidariedade internacional, baseada na independência de cada Partido para traçar o seu programa de ação de acordo com as injunções de ordem política do meio social respectivo. Sem pretender definir de modo claro e preciso o Eurocomunismo, ainda em fase experimental, poderíamos destacar como características fundamentais desse movimento, as seguintes:

1º repúdio à ditadura do proletariado, que constitui um dos dogmas basilares e intangíveis do marxismo-leninismo;

2º autodeterminação e independência em relação ao PCUS, isto é, autonomia plena do PCI, do PCF e do PCE para desenvolver o seu programa de ação sem depender de interferência ou da orientação e muito menos da tutela do Partido Comunista da União Soviética.

3º respeito efetivo e real, e não apenas teórico ou formal, às liberdades públicas e aos direitos essenciais do homem, particularmente:

- a) a liberdade de escolher vias políticas diferentes;
- b) as liberdades individuais e coletivas;
- c) os direitos económicos e sociais;
- d) os direitos à cultura e à informação;
- e) os direitos políticos decorrentes das instituições democráticas;
- f) as garantias judiciárias;

4º a adoção da democracia pluralista e renúncia à ideia do Partido único, no caso o Comunista;

5º elaboração de uma filosofia socialista própria aos Partidos Comunistas da Europa Ocidental, de onde uma coordenação de suas políticas e programas de ação.

Naturalmente, o Governo de Moscou reagiu violentamente ao Eurocomunismo, que Ponomarev classificou de traição ao ideal comunista. Por ocasião, entretanto, da Conferência dos Partidos Comunistas, realizada em Berlim entre 29 e 30 junho de 1976, a URSS viu-se compelida a aceitar o pleno direito dos Partidos Comunistas estrangeiros de escolherem diferentes caminhos na luta pelo socialismo, o princípio da absoluta igualdade entre eles e, sobretudo, o preceito de não-ingêrência, acontecimento que o Express de 11 de julho de 1976 sintetizou na frase: "non à la reverence".

Além desse fenômeno que ocorre no mundo ocidental, é de salientar que mesmo em alguns Estados em que o PC detém o poder são feitas certas reservas à liderança soviética como, por exemplo, na Albânia, na Iugoslávia e na Romênia. São conhecidas as posições intransigentes dos Partidos Comunistas da Albânia e da Iugoslávia e suas restrições à chamada doutrina Brejnev, da soberania limitada, bem como a do Partido Comunista Romeno no que tange à necessidade de uma maior autonomia por parte dos Partidos Comunistas nacionais. São, sem dúvida, matizes do movimento comunista internacional que não podem deixar de ser ressaltados, pois, demonstram que ele deixou de ser uma peça única, monolítica e sem fissuras.

Conclui-se, portanto, do exposto, que do ponto de vista da pureza ideológica de sua ortodoxia, existe uma perceptível rutura das linhas-mestras do marxismo-leninismo. Internamente, dois fatos importantes o atestam: um processo de contestação que abala em seus alicerces toda a construção filosófica do marxismo-leninismo.

mo e, de outro lado, o malogro do Comunismo como sistema econômico, pelo fato da URSS ter sido obrigada a aceitar capitais e investimentos do mundo ocidental e até dos Estados Unidos para desenvolver seus recursos naturais, o que constitui uma inegável concessão feita pelo Kremlin em detrimento do dogmatismo absoluto de Marx, Engels e Lenine. Externamente, sob o hábil pretexto da doutrina da coexistência pacífica, a URSS, com o grande sentido da realidade e com o frio pragmatismo que caracteriza a sua diplomacia, não tergiversou em colocar os interesses do Estado Soviético acima das considerações de ordem ideológica. Naturalmente, isso tudo sem abandonar uma das constantes da sua política internacional que é a da implantação do regime comunista em todos os países do universo.

Quanto ao movimento internacional comunista propriamente dito, não há dúvida que as diversas fissuras mencionadas no transcurso desta conferência constituem indiscutível enfraquecimento do movimento, que perde, ao mesmo tempo, em coesão ideológica e em força de penetração política. Seria, porém, arriscado afirmar que a fragmentação da liderança do movimento comunista mundial em vários pólos ideológicos diferentes represente o fim do movimento. A coexistência de várias formas de comunismo, desde o vermelho púrpura até o cor-de-rosa pálido, é perfeitamente factível. Urge, apenas, não esquecer que a competição entre a URSS e a China não se opera apenas no campo ideológico, mas também no político, no econômico, no militar (convencional ou nuclear) e no psico-social.

2 — AS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM OS PAÍSES TIDOS COMO PROGRESSISTAS

Chamaremos países progressistas àqueles que nela se apóiam para a consecução de seus fins políticos e econômicos, demonstrando independência com referência às potências capitalistas, especialmente os Estados Unidos. Caracterizam-se essas relações pelo esforço de Moscou em mantê-los sob sua área de influência, com vistas a uma futura integração política no mundo comunista. Nessa mesma categoria, devem ser incluídos os chamados "movimentos de libertação nacional", pois, embora não sendo Estados no sentido jurídico da palavra, a eles se assimilam por apoiarem-se na União Soviética em sua luta contra as "potências imperialistas". Com respeito a esses Estados e movimentos, a URSS se vê na contingência de enfrentar uma acirrada concorrência por parte da China, que está levando ao terreno diplomático naquelas áreas subdesenvolvidas as mesmas profundas divergências ideológicas, políticas e estratégicas que caracterizam as relações entre o maóismo e o chamado "imperialismo social soviético".

A luta pela liderança nessas áreas é refletida no caso da Tanzânia e da Zâmbia. Nesses países, o prestígio da China esteve em rápida ascensão em virtude do auxílio que os chineses prestaram para a construção de uma ferrovia ligando a Zâmbia Mediterrânea ao porto de Dar-es-Salam, na Tanzânia. Mais de mil técnicos e operários qualificados chineses foram enviados para a construção dessa ferrovia vital para o escoamento da produção de cobre da Zâmbia para o Oceano Índico, sem ter que passar pela Rodésia. Além disso, a China, desde o princípio de 1970,

procurou tornar-se o mais relevante elemento na formação militar da Tanzânia. Oficiais e Conselheiros militares se encarregaram do treinamento não só do exército da Tanzânia mas, também, das guerrilhas que operavam em Moçambique, antes da independência dessa ex-colônia portuguesa. A China, durante muito tempo, foi o principal fornecedor de armas abaixo do custo, tanto para o exército regular da Tanzânia e da Zâmbia, quanto para as guerrilhas.

A penetração chinesa na costa oriental africana diminuiu bastante após a morte de Chou En-lai e de Mao Tsé-Tung mas os chineses ainda exercem certa influência, disputando com a URSS o domínio dessa área. A diferença entre a influência chinesa e a soviética é que a primeira foi sempre mais generosa e os conselheiros chineses principalmente econômicos e técnicos. Os russos buscam e obtêm, sobretudo, uma implantação militar e uma cobertura política, graças a governos-satélites que investem no poder. Este aspecto deve ser tomado em consideração para a análise do comportamento geográfico da expansão naval soviética em águas não tradicionais e poderá precisar com mais exatidão as verdadeiras motivações do Kremlin em seu ensofregado afã de estar presente em todos os mares do mundo, quem sabe mesmo, em próximo futuro, nas águas tépidas do Atlântico Sul.

Outros pontos de competição entre os imperialismos soviético e chinês, no âmbito dos Estados progressistas, são o Sudeste Asiático e o Oriente Médio. No Sudeste Asiático, a política soviética de amplo apoio ao Vietnã caracteriza-se por seus interesses estratégicos: não só evitar a penetração norte-americana nesse setor, mas, também, impedir a expansão diplomática e militar chinesa. Dando completo apoio militar aos vietnamitas, a União Soviética faz frente à influência tanto chinesa quanto norte-americana e garante a sua presença numa área que lhe é de enorme importância estratégica, sobretudo em função de seu litígio com a China. No Oriente Médio, os soviéticos perderam muito terreno com a defeção do Egito e a tradicional oposição do Irã e da Arábia Saudita, mas procuram manter sua influência, graças ao apoio da Síria, do Iraque, da Líbia e da OLP.

De qualquer modo, à medida que se instalem regimes progressistas, a competição entre soviéticos e chineses marcará a sua presença com o escopo precípuo de saber quem imporá sua tática de implantação do comunismo, quem exercerá sua influência sobre a área conquistada, quem afirmará a sua liderança.

3 — AS RELAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA COM OS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E DESENVOLVIDOS

As relações da URSS com tais países, especialmente os da Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão colocam-se num plano sumamente interessante. O malogro das previsões de Marx quanto à iminência da revolução proletária nesses países, a começar pela Alemanha, e a conseqüente implantação do comunismo no mundo, levou o Partido Comunista da União Soviética à revisão da sua política com relação a eles. Não ignora o Governo de Moscou que a existência

de governos comunistas na Europa Oriental se deve basicamente a uma imposição alicerçada nas armas e que esse feito, realizado ao término da 2ª Guerra Mundial, não tem condições de repetir-se. Todo um vasto e complexo sistema de segurança ocidental, repousante na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tem, até agora pelo menos, impedido o alastramento do domínio soviético ao ocidente europeu. Daí porque o esforço da diplomacia soviética se tem concentrado em desfazer essa aliança, utilizando, para tanto, todos os processos imagináveis. O desmantelamento da OTAN, continua, mais do que nunca, a ser um dos objetivos principais da política exterior da URSS. No atingimento desse escopo, o Kremlin não descansará, pois a tenacidade na perseguição de determinado objetivo é uma constante característica da política externa soviética. Aliás, a tarefa da URSS foi facilitada pela política de alguns membros da OTAN. Inegavelmente, a política de distensão com a URSS, inaugurada pelo Presidente Kennedy após a crise dos mísseis em 1962, e a posição "sui generis" da França dentro da OTAN, defendida pelo General De Gaulle como consequência de sua política de aproximação com Moscou foram, sem dúvida, profundos golpes desferidos, ao mesmo tempo, na sonhada unidade européia e, sobretudo, na consistência orgânica e tática da OTAN. Tanto mais a França e os Estados Unidos se aproximavam de Moscou, quanto mais sofria a OTAN em razão de ser, em força e em coesão. Isso naturalmente sem a contrapartida de um correspondente enfraquecimento do Pacto de Varsóvia ou um afrouxamento dos laços de suzerania que prendem os membros do Pacto à URSS. Muito ao contrário, a invasão da Tchecoslováquia e os posteriores tratados bilaterais firmados com a própria Tchecoslováquia e a Romênia comprovam que esses liames estão mais cerrados do que nunca e que a URSS continua, com maestria, pondo em prática a sua filosofia consistente no aforismo: o que é meu é intocável, o que é dos outros é passível de negociação. Desmantelar, pois, a OTAN ou negociar a sua desagregação, enquanto são fortalecidos os vínculos que unem os membros do Pacto de Varsóvia, continua a ser um dos relevantes alvos da política exterior soviética. Outro postulado básico na política soviética e intimamente ligado ao precedente é o de obter a aceitação, por parte da Europa Ocidental, "das realidades decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial". Já para o alcance desse desígnio, muito contribuiu o tratado firmado em 1970 entre a URSS e a RFA, por força do qual os soviéticos conseguiram, após longos anos de tenaz espera, a consagração das fronteiras novas da Europa, mediante o reconhecimento do Império que suas vitórias militares de 1945 lhe proporcionaram e a tão almejada adesão da Alemanha Ocidental à partilha do antigo "Reich" em dois Estados independentes. Isso tudo sem pagar muito, pois, a contrapartida foi apenas a vaga possibilidade de a Alemanha Ocidental penetrar economicamente nas áreas herméticas dos Estados-satélites. Com efeito, mesmo na parte atinente à cooperação entre a URSS e a Alemanha Ocidental, os maiores ganhadores ainda foram os soviéticos, porquanto o estabelecimento de um intercâmbio tecnológico, especialmente no tocante às indústrias leve, média e de bens de consumo, permitirá à União Soviética preencher o vácuo existente em sua infra-estrutura econômica e deixar de ser apenas uma usina de indústria pesada e tecnológica vinculada a fins bélicos para tornar-se uma potência industrial na completa acepção desse termo.

Da mesma forma, o Governo soviético, com a sua costumeira pertinácia, perseguiu e conseguiu a realização da Conferência Européia de Segurança. Quando proposta em Budapeste, em princípios de 1968, foi ela acintosamente ignorada pelos ocidentais na sessão da OTAN, realizada na primavera daquele ano. Todavia, já na reunião de Bruxelas, transcorrida em dezembro de 1969, foi admitida como desejável por uns, como necessária por outros e como possível, por todos. A reunião de Roma representou uma completa rendição à tese soviética, sob o pretexto de haver um interesse geral na realização da discutida conferência.

A insistência das autoridades soviéticas pela realização da Conferência de Segurança Européia era bem compreensível, pois através dela pretendia a URSS consolidar as suas conquistas territoriais, obter o reconhecimento de sua tutela sobre os países socialistas da Europa Oriental, estender sua influência política sobre os da Europa Ocidental e reduzir ao silêncio as outrora poderosas e vigilantes baterias da Organização Atlântica. A Conferência iniciou, por fim, os seus trabalhos preliminares em 12 de novembro de 1972 em Helsinque, terminando em 1º de agosto de 1975. Consoante o que ficou decidido, após longos debates e difíceis negociações, a Conferência focalizou três categorias de problemas fundamentais: a) segurança européia; b) cooperação econômica, científica, técnica e meio ambiente; c) contatos humanos e intercâmbio intelectual, isto é, a livre circulação de homens e informações e cooperação nos domínios da cultura e da educação.

Paralelamente à crescente influência política na Europa, a União Soviética desenvolve intensa campanha em prol da cooperação econômica e tecnológica com os países ocidentais, tendo deles obtido impressionante e crescente ajuda. Neste caso, a União Soviética mui habilmente busca tirar todo proveito possível da coexistência pacífica com os sistemas econômicos diferentes, sobrepondo seus interesses nacionais imediatos às considerações ideológicas. Exemplos típicos dessa política são os importantes acordos firmados com a Itália, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha Federal e recentemente o Japão.

No que concerne aos Estados Unidos da América, a conduta da União Soviética adquire características especialíssimas, dentro do quadro geral de suas relações com os países capitalistas desenvolvidos e industrializados. Apesar de uma sensível melhoria dessas relações depois das viagens do Presidente Nixon a Moscou e do Senhor Leonid Brejnev a Washington e dos transcendentais atos concluídos, especialmente o relativo à limitação de armas nucleares, os Estados Unidos continuam a ser considerados pelos órgãos da propaganda soviética como o adversário principal, dentre todos os inimigos do comunismo, como o baluarte das forças reacionárias e o exemplo perfeito do último estágio capitalista: o imperialismo. É principalmente contra os Estados Unidos que se dirige a política internacional soviética, muito embora a China ocupe, hoje, lugar de destaque entre os alvos preferidos do Kremlin.

Não obstante a permanente hostilidade dos órgãos da propaganda soviética contra o Governo norte-americano, a União Soviética, mui realisticamente, sempre reconheceu a existência de interesses comuns com os Estados Unidos, decor-

rentes de sua condição especial de superpotência nuclear. Esse reconhecimento encontrou expressão concreta, primeiro, nas conversações do Salt, realizadas em Helsinque, Viena e de novo em Helsinque e, depois, nas viagens do Presidente Nixon a Moscou e do Secretário-Geral Leonid Brejnev a Washington, encontros verdadeiramente históricos e que pelos resultados concretos consubstanciados nos inúmeros acordos assinados e nos entendimentos certamente havidos, tiveram, sem dúvida, as mais claras e profundas ressonâncias quanto à manutenção da paz e da segurança no mundo.

Obviamente, semelhante estado de coisas conflita, de modo perceptível, com as afirmações doutrinárias da propaganda marxista-leninista. No entanto, fatos são fatos e teorias são teorias. E mais importante para o Kremlin do que toda a ideologia marxista-leninista sustentada pelos puros do Partido, como Suslov, são os capitais norte-americanos necessários ao desenvolvimento da Sibéria e outras regiões inexploradas da URSS e a ajuda maciça da tecnologia capitalista, particularmente a dos Estados Unidos, que os russos preferem à francesa, italiana, alemã e japonesa e por meio da qual esperam poder ajustar a sua débil infra-estrutura econômica de país subdesenvolvido à sua alta condição de superpotência militar.

Naturalmente, aceitando de um lado vultosos investimentos das potências capitalistas para a industrialização de seus recursos naturais e, de outro, criticando os Estados do chamado Terceiro Mundo por receberem os mesmos auxílios, a URSS coloca-se ideologicamente em posição bastante contraditória. Tais considerações metafísicas pouco afetam, entretanto, o frio pragmatismo do Kremlin, pois com o aproveitamento de seus imensos recursos naturais, a URSS não só continuará a ser uma das mais poderosas potências militares, mas, também, se transformará, do ponto de vista de sua infra-estrutura econômica, em uma potência altamente industrializada.

Exemplos concretos da cooperação tecnológica prestada pelo Ocidente à URSS: um terço da colheita de beterraba é tratada em usinas instaladas na URSS pelo oeste; um terço da cerveja soviética é produzida por cervejarias construídas pelos ocidentais; mais de um terço do cimento soviético provém de usinas, importadas dos países capitalistas; o equivalente de cinco milhões de dólares de transferência de tecnologia vai cada ano do ocidente para a URSS; os subsídios fornecidos pela FIAT foram tão consideráveis que permitiram aos soviéticos construir veículos blindados de transporte de pessoal, cuja eficiência ficou comprovada no transcurso da Guerra de 1973 entre israelenses e árabes; finalmente, parece que uma máquina especial de grande precisão, fornecida pelos Estados Unidos, tornou possível à URSS a construção das ogivas de múltiplas cabeças dos seus mísseis.

Isso, do ponto de vista unicamente político e estratégico, porque do ângulo econômico, os italianos, por exemplo, viram que os carros FIAT que haviam ensinado os russos a construir voltavam, mais tarde, sob o nome de LADA para competir, a preços irrisórios, no mercado internacional, com os FIAT fabricados na Itália.

No que tange às relações da URSS com outras potências industrializadas, como a Austrália, o Canadá e o Japão, elas vêm melhorando consideravelmente,

tendo sido assinados importantes acordos de cooperação técnica entre a URSS e tais países.

4 — AS RELAÇÕES DA URSS COM O CHAMADO TERCEIRO MUNDO

Caracterizam-se essas relações pela perseguição de dois objetivos principais: a) retirar, a curto ou a longo prazo, a influência dos Estados Unidos e demais Estados capitalistas dessa área, mediante uma hábil política de intensa cooperação econômica, assistência técnica, ajuda militar, intercâmbio cultural e ingente propaganda; b) implantar, a longo prazo, o regime marxista-leninista nos países do chamado Terceiro Mundo que ainda não tenham sido comunizados.

Naturalmente, não se trata aqui de países progressistas, mas aqueles em que a influência predominante é a norte-americana, a francesa, a inglesa, a alemã, ou onde a URSS não comande ainda as ações. É o que ocorre em extensas áreas da Ásia, da África e da América Latina, onde a União Soviética aproveita em seu próprio benefício as circunstâncias políticas, econômicas e sociais prevalentes. É mais uma questão de tática do que de estratégia. Consciente de que todos os caminhos são válidos, a URSS emprega para cada caso concreto uma tática condizente, explorando aqui as reivindicações sociais, ali a miséria e a ignorância das massas, acolá as dificuldades oriundas do problema racial. Se o regime vigente é o democrático, a tática é a de conquistar o poder pelos meios constitucionais, como no Chile, por ocasião da eleição do Presidente Allende. Se o regime é militar, o caminho é buscar a dissensão entre as forças armadas, de molde a ser implantado o socialismo ou o comunismo, através de um golpe militar. Se o país é católico, a infiltração da igreja por elementos "progressistas" é o caminho escolhido, como ocorre em vários países de formação religiosa católica. Ademais, greves, demonstrações estudantis, infiltração dos meios de informação (rádio, imprensa, televisão), atividades que dificultem a ação governativa e uma constante exacerbação dos elementos subversivos e revolucionários.

A penetração soviética no chamado Terceiro Mundo faz-se, naturalmente, de modo muito mais cauteloso e prudente do que a realizada nos Estados progressistas, mas a tática e os objetivos a colimar são os mesmos. Luta contra as forças reacionárias, guerra de morte contra o imperialismo norte-americano, ataque violento contra as oligarquias e empresas capitalistas. Subversão pelos processos que melhor se coadunem com o meio ambiente. Inclusive, mediante a ação terrorista. Porque, apesar da URSS repudiar publicamente o terrorismo e a violência em suas proclamações oficiais, a verdade é que ela não está indiferente a todos esses movimentos.

Na estratégia de sua penetração na América Latina, urge compreender o verdadeiro alcance do total alinhamento de Fidel Castro, neste momento, à URSS. Enquanto existiu a "heresia castrista", toda a ação subversiva na América Latina de origem cubana, inclusive a incursão de Che Guevara, escapava ao controle de

Moscou e até se voltava agressivamente contra a sua diretiva política de implantar, a longo prazo, paulatinamente, e não por meios violentos, sistemas socialistas de inspiração marxista-leninista. Enquanto Cuba agia por própria conta e fazia o jogo das forças de "ultra-esquerda", ela se opunha aos designios soviéticos na América Latina e dificultava as relações que o Kremlin mantinha e desejava incrementar com o Continente. O retorno de Cuba ao alinhamento soviético significa a sua rejeição — pelo menos aparente e oficial — à linha violenta da ação terrorista e a capitalização de suas energias revolucionárias em benefício da posição da URSS. Tudo isso é muito claro e não há como iludir-se quanto ao papel que Cuba desempenhou, desempenha e continuará desempenhando na subversão política, econômica e social do Continente ou, em outras palavras, na sovietação da América Latina. Alguns analistas acreditam num "gentlemen's agreement" entre Washington e Moscou quanto à América Latina. A verdade, porém, é que a América Latina constitui campo aberto para a ação político-revolucionária de Moscou, agora mais do que nunca reforçada graças a sua completa ascendência sobre Cuba.

Mais impressionante do que a penetração da URSS na América Latina, onde após o malogro de Che Guevara na Bolívia; o desmantelamento dos Tupamarcos, no Uruguai; a queda de Allende no Chile; a ascensão de Videla na Argentina e a mudança de rumos no Peru, a URSS perdeu muito terreno — é, sem dúvida, a expansão soviética na África. Ali, efetivamente, a dominação da URSS, que já era considerável e mantinha sob seu controle a Argélia, a Líbia, a Guiné Francesa, o Mali, a Nigéria, o Benin, o Congo Brazaville, a Uganda, a Tanzânia, o Madagascar, e a Somália, estendeu-se à Angola, ao Moçambique, à Guiné Bissau e agora à Etiópia. É inacreditável que, inclusive, as ex-colônias portuguesas — Angola, Guiné Bissau e Moçambique — se tenham tornado um condomínio soviético-cubano sem que países a elas estreitamente vinculados hajam feito sequer um protesto simbólico ou exercido qualquer tipo de pressão diplomática sobre a URSS, principal responsável pela reinstalação do colonialismo na África e pelas tropelias dos mercenários de Fidel Castro nesse Continente.

E não fora a atitude firme e decidida da França e do Marrocos, o próprio Zaíre teria caído nas mãos do imperialismo soviético-cubano, como ocorreu com os países acima citados.

A política externa da União Soviética é muito clara e pode sintetizar-se nestes termos: subversão através de diversas organizações comunistas internacionais e dos marxistas-leninistas locais, por um lado; por outro lado, ofensiva de convivência pacífica, de cooperação econômica, de assistência técnica, de intercâmbio cultural, de ofertas de crédito e de intensas transações comerciais.

Naturalmente, essa política de cooperação tem sentido diferente, consoante o escopo que ela persegue. Com os países capitalistas industrializados, de alto nível tecnológico, inclusive os que acoimam de imperialistas, visa ela à obtenção de resultados concretos e tangíveis; há aí uma perceptível predominância das considerações econômicas e tecnológicas sobre as de caráter político ou doutrinário. Com os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, há uma indiscutível

predominância das considerações políticas sobre as econômicas. Porque aí a cooperação não é um fim; é um meio. É um meio para, a longo prazo, subverter a ordem política estabelecida e implantar um regime marxista-leninista pró-soviético.

Conforme acentuei, a União Soviética, de um lado aceitando investimentos maciços das potências capitalistas para o aproveitamento e industrialização de seus imensos recursos naturais e, de outro lado, persistindo em seus esforços armamentistas, não só continuará a ser uma das mais poderosas potências militares do mundo, mas ainda logrará transformar-se, do ponto de vista de sua estrutura econômico-social, em uma potência altamente industrializada. A ajuda ocidental, talvez ao mesmo tempo ingênua, inconsciente e suicida, vai permitir à URSS: 1º) fazer face às dificuldades de ordem econômica que a assolam; 2º) reerguer sua agricultura bastante precária; 3º) elevar o nível de vida de seu povo, sem que, com tudo isso, tenha de ressentir-se em seu permanente esforço armamentista. E, naturalmente, sem que seja ela, tampouco, obrigada a relaxar a sua política de infiltração subversiva, para o que dispõe do preciso instrumental consubstanciado nos Partidos Comunistas espalhados pelo mundo afora ou, se se trata de ação mais vigorosa, dos seus mercenários cubanos.

Medidas preventivas contra a política expansionista soviética vêm sendo adotadas no momento, apenas pela China continental que, conforme assinalai, extremamente preocupada com a política de expansionismo do Kremlin, vem ultimamente intensificando a sua política anti-soviética e se aproximando, cada vez mais, do mundo ocidental.

Não obstante isso, os prognósticos parecem indicar uma franca progressão dos soviéticos, sendo que a fascinante teoria da fragmentação dos centros de poder mundial, poderá ter sérias conseqüências se, ao invés de evoluir no sentido de um sistema pentagonal de equivalente potencialidade, descambar para uma concentração excessiva de poder na URSS, para o que, aliás, teriam concorrido os países ocidentais, uns por omissão e outros, o que é mais grave, por efetiva contribuição, consistente no fortalecimento do poderio industrial e econômico da União Soviética, talvez a única condição que lhe falta para tornar-se a mais poderosa nação do mundo.